

## CAPÍTULO 10

# GRUPO SOCIAL, RELAÇÕES INTERGRUPAIS E IDENTIDADE SOCIAL

Ana Raquel Rosas Torres

Leoncio Camino

Khalil da Costa Silva

### INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, neste capítulo, é apresentar ao leitor o papel que o grupo possui na Psicologia Social para a análise dos fenômenos sociais. Diferentemente com o que ocorre com as visões mais frequentes sobre o grupo desenvolvidas no seio da disciplina, nós não falaremos apenas dos pequenos grupos, nos quais seus membros mantêm relações face a face. Nossa ênfase será nos grandes grupos, ou categorias sociais, tema que tem recebido pouca atenção da Psicologia Social, mas que é essencial para as investigações que concebem os fenômenos sociais como sendo produzidos nas relações de poder estabelecidas entre os grupos que formam as sociedades.

Considerando-se que os grupos constituem um fenômeno fundamental na vida social dos indivíduos, era de se esperar que desde sua origem a Psicologia Social tivesse se orientado para o estudo desta forma particular de organização social. Mas, de fato, por um conjunto de razões, a Psicologia Social demorará em colocar o grupo como tema próprio (Camino et al., 2007). O objetivo deste capítulo é analisar, come-

çando com uma revisão histórica, as principais teorias desenvolvidas na psicologia que tratam das relações entre indivíduo e seus grupos de pertencas. A partir daí, argumenta-se que, embora muitas vezes a psicologia social contemporânea tenha o indivíduo como centro de suas análises, ela não deve colocar o grupo em um papel secundário dos fenômenos sociais, pois corre o risco de desenvolver explicações extremamente reducionistas para fenômenos sociais complexos. Defende-se que, dada a importância teórica dos processos grupais, uma maior articulação entre sociologia e psicologia social é fundamental para o desenvolvimento desta disciplina.

Para alcançar esse objetivo, inicialmente analisa-se o percurso histórico do desenvolvimento do conceito de grupo, destacando-se que sua incorporação como objeto de estudo encontrou resistência tanto por parte da Psicologia, a qual se estabeleceu como disciplina primordialmente interessada em fenômenos individuais, como por parte da Sociologia, dado que no âmbito desta disciplina o grupo possuía conotação negativa, sendo associado a características, como irracionalidade ou descontrole. Em seguida, discute-se a natureza dos grupos, destacando as consequências das diferentes pertencas grupais. Concluímos o capítulo argumentando o papel de destaque que o grupo possui na vida psicológica das pessoas, não só no nível individual, por exemplo, no desenvolvimento de uma identidade social, mas também no nível societal, uma vez que as pertencas grupais podem dar origem a fenômenos, como o preconceito e a discriminação.

## 10.1 PRIMEIRAS IDEIAS SOBRE AS RELAÇÕES INDIVÍDUO-GRUPO

Os primeiros estudos da vida social realizados na perspectiva da Psicologia, e publicados no final do século XIX e início do século XX, transmitiam uma visão bastante negativa não só dos fenômenos sociais característicos deste período, como aconteceu com o movimento operário que emergia frente ao crescimento do capitalismo industrial, mas também dos próprios fundamentos da vida grupal e institucional como um todo. Como exemplos de trabalhos publicados naquele período temos o do advogado italiano Sighele (1901) e o do jurista francês Gabriel Tarde (1890), que concebiam as multidões como possuidoras de uma mente coletiva.

No entanto, o teórico mais importante desse período foi, sem dúvida, Gustave Le Bon, cujo livro *The Crowd* tem sido reeditado sem interrupção desde a sua primeira publicação, em 1896. Frente às ações da massa de trabalhadores, categoria social nova que se constituía com a consolidação do capitalismo, o trabalho de Le Bon (1896), denominado de *Psicologia das Massas*, considerava que os indivíduos, independente de seu estilo de vida, caráter e inteligência, estariam propensos à manifestação de atos de barbárie e à perda da racionalidade ao se integrarem a uma multidão. Para esse autor, as massas são uma entidade psicológica supraindividual, caracterizadas por dois processos: a sugestibilidade excessiva e o contágio. Uma vez estando sob o manto do anonimato fornecido pela multidão, o indivíduo estaria livre das pressões sociais e daria vazão a seus instintos de destruição. Por conseguinte, o comportamento das multidões seria sempre caracterizado pela violência e pela irracionalidade.

A perspectiva de Le Bon (1986) estabelece, portanto, um contraste entre as mentes individual e grupal. A primeira, qualificada como racional e civilizada; e a mente grupal, como selvagem e irracional. A sugestionabilidade e o contágio seriam os fenômenos psicológicos responsáveis pela substituição da racionalidade individual e civilizada pela mente grupal, selvagem e incontrollável. Cabe assinalar, desde agora, que a obra de Le Bon expressa a forte oposição ideológica entre indivíduo e massa, também presente nas ideias que autores desse período introduziram na reflexão psicológica imediatamente posterior (Camino, 2004; Goethals, 2003).

Os primeiros manuais que utilizaram explicitamente o título de *Psicologia Social* (McDougall, 1908; Ross, 1908) não dedicaram espaço próprio ao estudo dos grupos. Edward Ross (1866-1951), que era sociólogo, por exemplo, discutia o papel da opinião pública, dos costumes e cerimônias para a manutenção da estabilidade social. Já William McDougall (1871-1938), que era psicólogo, defendia que todo comportamento humano, incluindo as relações sociais, poderia ser explicado pelos instintos, que seriam relacionados com as emoções primárias (ver Capítulo 5 sobre Emoções). Assim, o sociólogo falava sobre a sociedade e o psicólogo falava sobre o indivíduo, respeitando-se desta maneira à tradição fundada por Émile Durkheim (1859/2007), que em *Regras do Método Sociológico* (1895/2007) reservava o estudo de grupos e instituições à Sociologia e o estudo dos indivíduos à Psicologia, como vimos no capítulo primeiro deste livro. Para esse autor, a vida em coletividade seria o último estágio da evolução psíquica da raça humana, sendo o social aqui concebido como uma espécie de hiperpsiquismo, irredutível ao aspecto meramente psicológico. Assim, para ele, a Psicologia só poderia ser individual, nunca social, sendo esta última o objeto maior da Sociologia.

Nesse contexto em que a Sociologia e a Psicologia são disciplinas concebidas a partir de uma noção dicotômica de indivíduo e sociedade, a Psicologia Social começou a ser delineada como o campo de estudo acerca da maneira que o comportamento de um indivíduo é influenciado por outros indivíduos. Tal perspectiva foi apresentada por McDougall (1920) em seu livro *The Group Mind*, que defendia que o comportamento social era de natureza instintiva, devendo ser estudado como produto das forças mentais que seriam, por sua vez, objeto de estudo dos psicólogos sociais. Tais forças seriam constituídas pelos instintos, conceito adotado para caracterizar uma disposição inata que determina a forma de perceber, experimentar reações emocionais e atuar frente a diversos eventos.

A consolidação da Psicologia Social como disciplina independente, tal como ocorre com os demais saberes científicos, foi moldada por fatores de ordem sócio-histórica. O cenário político que caracterizava a Europa no início do século XX era marcado pelo fortalecimento de organizações que aglutinavam trabalhadores das mais diversas categorias. Nesse contexto, demandava-se do saber psicológico a compreensão dos diversos fenômenos coletivos. Coube a Sigmund Freud (1856-1939) a tarefa de explicar os laços sociais que caracterizavam as massas.

Freud, diferentemente de Gabriel Tarde, pretendia explicar não só os fenômenos de irracionalidade e emotividade já atribuídos aos participantes de uma massa, mas

também os laços de solidariedade existentes entre seus membros. Em *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921), ele parte do que denomina de “massa artificial”, concepção que lembra a noção de corporação de Tarde (1890),<sup>1</sup> para estabelecer a natureza desses laços. Os indivíduos que formam uma massa se identificam todos com uma mesma pessoa: o chefe. Eles o amam, mas, justamente por serem muitos, não podem ser amados por ele de modo recíproco. Então, os impulsos libidinais inibidos quanto a seu objeto irradiam-se horizontalmente entre os membros do grupo. Estabelece-se, assim, um duplo jogo de identificações: todos os membros da massa se identificam verticalmente (introjetivamente) com o chefe, que se torna o ideal do ego de cada um deles. Ao mesmo tempo, se identificam horizontalmente (libidinosamente) entre si. O exemplo paradigmático desta situação se encontra na descrição freudiana da horda primitiva em *Totem e Tabu* (Freud, 1913/1971). Para melhor entendermos o conceito da “horda primitiva”, temos que ter em mente a noção de pai. Para Freud, o Pai Primitivo, da horda primitiva, seria aquele que teria acesso a todas as mulheres e, conseqüentemente, o único a ter o poder do gozo. Assim, para os membros terem acesso às mulheres e ao gozo, teriam que matar o pai ou o Totem. Ao matá-lo, no entanto, dois processos ocorreriam simultaneamente: os membros poriam fim à autoridade patriarcal, mas, ao devorar o pai, se identificariam com ele. Para Freud, como essa analogia debatia a relação entre natureza e cultura, pois, para ele, seria justamente para evitar a barbárie do assassinato do Totem, o homem teria que civilizar-se por meio das leis (os Tabus).

Como vimos no Capítulo 1, as ideias de Freud levaram a uma mudança de foco nos estudos sobre os grupos. Os seus antecessores estavam mais preocupados com a influência do grupo sobre o indivíduo, ao passo que ele compreende a identificação com a figura do líder como o mecanismo de inserção do sujeito num grupo e numa cultura. (Guimarães & Celes, 2007). O interesse central de Freud, portanto, não está no estudo dos grupos sociais e de suas características em si, mas no estudo da maneira como se constroem as instâncias da personalidade humana na vida social, particularmente na vida em família (Saraiva & Camino, 2007). Ademais, ao analisar a relação entre o grupo e seu líder, a obra de Freud introduz na Psicologia Social o estudo acerca da influência do indivíduo sobre o grupo (Godoi, Cargnin, & Uchôa, 2017; Saraiva & Camino, 2007). Aqui é importante ressaltar que o interesse em analisar a figura de um líder sobre o grupo não surge num vácuo social, mas coincide com a ascensão do nazismo na Europa.

Tomados em conjunto, os trabalhos dos autores discutidos até agora apontam que, desde suas origens, as fronteiras entre a Psicologia Social, voltada para o estudo das interações entre indivíduos e a psicologia individual, preocupada com fenômenos como os instintos e os processos mentais estabeleciam campos de saber distintos. Da mesma forma, os campos de atuação de sociólogos e psicólogos sociais se localizavam em esferas diferentes. Aos primeiros, cabia o estudo das sociedades como um todo. Aos segundos, o social era muito mais um adjetivo de processos considerados puramente psicológicos, do que o próprio objeto substantivo de análise.

---

1 Para Tarde, as corporações seriam grupos sociais organizados, com normas e leis próprias.

A questão básica que se colocava naquela época e que, de certa forma, ainda é atual, é se o social produz as disposições psicológicas individuais ou se, ao contrário, são as disposições psicológicas individuais que produzem as instituições sociais. Dito de outra forma, seria o social redutível ao individual? Para F. Allport (1924), a resposta seria positiva, pois, para ele “não existe uma psicologia dos grupos que não seja essencialmente e inteiramente uma psicologia dos indivíduos” (p. 6). Posição rebatida por Tajfel (1978), que defendia que os fenômenos sociais não poderiam ser explicados a partir de processos individuais: eles seriam de naturezas diferentes e como tais, necessitariam de explicações teóricas de níveis diferentes das relativas aos fenômenos individuais.

Em meio a posições contraditórias acerca da relação entre indivíduo e sociedade, o estudo do grupo só se desenvolverá fortemente nos anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial. Essa grande difusão deveu-se, em grande parte, aos esforços pioneiros de Kurt Lewin. Sua importância para a aceitação do grupo enquanto objeto de análise dos psicólogos sociais foi ressaltada desde cedo. Por exemplo, Deutsch (1968, p. 466) afirma que “uma das maiores contribuições de Lewin foi ajudar a converter a noção de grupo mais aceitável aos psicólogos levando-os a aceitar a ideia de que os grupos além de ter características em si, influenciam fortemente os indivíduos”.

Como cientista, Lewin foi um dos primeiros a salientar a importância do estudo dos grupos não só para a compreensão dos fenômenos sociais, mas também para o desenvolvimento de técnicas capazes de administrar problemas do cotidiano e solucionar conflitos sociais (Wennberg & Hane, 2005). Distinguindo-se de teóricos anteriores como Tarde e Le Bon, os quais compreendiam a vida coletiva como resultado, respectivamente, de processos de imitação e sugestionabilidade, Lewin propôs uma psicologia dos grupos que levava em consideração, ao mesmo tempo, o aspecto de dinamicidade, para ele inerente à vida coletiva, e o aspecto das configurações das relações, que se desenvolvem *nos* e *pelos* grupos, e que estaria intrinsecamente ligado ao primeiro. Lewin ajudou na futura popularização do conceito de dinâmica de grupo não só com suas contribuições teóricas e empíricas, consolidadas em 1945 com a criação da primeira organização dedicada ao estudo do Grupo (*The Research Center for Group Dynamics*, no *Massachusetts Institute of Technology – M.I.T.*), mas também com sua intervenção direta, via a noção de pesquisa-ação, nos problemas sociais que afligiam a sociedade norte-americana da época. Essa noção tem como princípio o convite ao repensar a experimentação em psicologia social.

Em oposição ao uso impessoal dos experimentos, cujas condições e manipulações beiravam a preocupação de assepsia das ciências da saúde, Lewin foi um dos pioneiros a propor que a investigação produtiva dos fenômenos grupais deveria ser levada a cabo no próprio campo psicológico em que eles se inserem. Em outras palavras, a pesquisa-ação propunha que a identificação e manipulação das variáveis grupais deveriam acontecer no próprio grupo. Para ele, a pesquisa em psicologia social deveria se converter primordialmente em uma ação social, na qual o pesquisador deveria inicialmente tentar perceber os fenômenos de grupo como *gestalts* para, depois, empreender a tarefa de reestruturá-los, facilitando assim suas transformações.

Aqui é importante ressaltar que essas ideias de Lewin, na época em que começaram a ser publicadas (meados dos anos 1940 e, postumamente, nos anos 1950), representaram também uma posição política, em que os psicólogos sociais se viram convidados a investigar os sérios problemas raciais dos Estados Unidos onde eles realmente aconteciam: na própria sociedade. Por outro lado, elas representam também uma forma diferente de se pensar a intervenção psicológica. No lugar de intervenções cujo *modus operandis* era baseado no modelo médico de atendimento individual, Lewin propôs que os psicólogos sociais se misturassem à sociedade e, a partir daí, planejassem intervenções que objetivassem a mudança social e não a mera adaptação do indivíduo ao seu meio.

A contribuição de Lewin para o estudo dos grupos sociais deu-se, principalmente, por meio de três aspectos: a) a definição de grupo; b) a maneira como as relações entre indivíduo e grupo são concebidas; e c) a forma de inserir os grupos num sistema social.

Para Lewin (1952), o grupo é uma totalidade diferente da soma dos indivíduos que o compõe. Isso equivale a afirmar que o grupo possui sua própria estrutura, seus próprios objetivos, suas próprias relações sociais. Evidentemente que Lewin não propõe uma entidade diferente, independente dos membros do grupo no sentido do inconsciente coletivo de Jung (1995) ou das representações coletivas de Durkheim (1898). Para ele, a essência do grupo está nos seus membros, na qualidade destes. Mas não se trata de alguma característica em comum que os membros possuem, não é a semelhança deles que determina a unidade do grupo.

A essência do grupo estaria na interdependência, ou seja, no sentimento de um destino em comum, que seus membros possuem entre si: qualquer mudança em uma das partes afeta as outras partes do grupo. Cabe também assinalar que para Lewin (1948), o grau de interdependência entre os membros de um grupo pode variar desde uma menor interdependência, que caracteriza as categorias sociais, a uma interdependência mais estreita, própria dos pequenos grupos formais.

Outro grande contributo teórico de Lewin está na maneira como as relações entre indivíduo e grupo são concebidas. Para poder entender melhor essa análise devemos considerar o conceito de “Espaço Vital”, que se refere à totalidade dos fatos que determinam o comportamento de um indivíduo em determinado momento. Isso equivale a afirmar que o comportamento é função do Espaço Vital. Esse espaço, ou Campo Psicológico, é resultante das interações entre a Pessoa e seu Meio Ambiente. Lewin (1952) afirma que os grupos fazem parte do Espaço Vital onde o indivíduo se movimenta. Conceber os grupos como parte do Espaço Vital implica em considerá-los como parte constitutiva da vida psicológica do indivíduo. Para Lewin, ingressar em grupos, reforçar sua posição ou *status* neles, ser aceito por seus membros são objetivos vitais dos indivíduos. O comportamento, portanto, não seria resultado de “traços psicológicos”, mas um processo dinâmico decorrente da interação de diversos fatores presentes na relação entre indivíduo e grupo, a exemplo da posição ocupada no grupo e das características partilhadas entre seus membros.

Lewin (1952) introduz também uma imagem um pouco diferente da atribuída ao espaço vital quando se refere aos grupos como o solo em que a pessoa se sustenta. Ele ilustra essa concepção a partir da Psicologia da Percepção, que em diversos experimentos mostra a importância do contexto ou fundo para qualquer percepção. De maneira análoga, Lewin (1935) afirma que todas as ações se baseiam no terreno em que a pessoa se situa e um dos elementos mais importantes deste terreno em que atua o indivíduo é o grupo social a que pertence. A firmeza das ações de uma pessoa e a clareza de suas decisões dependem em grande parte desse terreno, embora a própria pessoa possa nem ter consciência desta situação.

Finalmente, talvez a maior contribuição de Kurt Lewin esteja na sua maneira de conceber a sociedade como uma rede constituída de grupos. Essa situação teria uma série de consequências para o indivíduo. Para ele, uma pessoa não age apenas como um indivíduo, mas como membro de um grupo social. Uma das características básicas da participação social é que o mesmo indivíduo pertence, geralmente, a muitos grupos. Mas dependendo das circunstâncias, esses grupos não são todos igualmente importantes. Geralmente, em cada situação a pessoa parece saber a que grupo pertence e a que grupo não pertence. Mas existem ocasiões em que é duvidosa ou não muito clara para o indivíduo sua participação em um grupo. Essas experiências são típicas tanto das pessoas em situações de mudanças sociais (passagem de um grupo para outro), como dos membros de grupos minoritários frente aos grupos majoritários.

A existência dessas experiências pessoais não reduz os grupos a um campo puramente psicológico. Assim, Lewin (1948), analisando um conjunto de pesquisas de sua época, conclui que as ideologias e estereótipos que regulam as relações intergrupais não devem ser considerados como traços individuais de caráter. Ao contrário, fundem-se em padrões culturais, sendo que sua estabilidade e mudança dependem em grande parte de acontecimentos de grupos enquanto grupos. Por exemplo, Lewin foi um dos primeiros a analisar o fenômeno da autodepreciação entre judeus, compreendendo que a expressão de estereótipos negativos contra o próprio grupo seria resultado da interação com grupos de alto *status*, a qual levava à internalização de percepções negativas de outros grupos em relação ao seu próprio grupo. Fenômeno também observado entre outras minorias, a exemplo dos negros e dos imigrantes europeus (Burkley & Blanton, 2008).

A obra de Lewin tornou-se ainda referência para a compreensão dos processos de mudança social. Tomando como ponto de partida o princípio de que o comportamento de uma pessoa é resultado das condições objetivas em que se situa e dos grupos com os quais interage, suas investigações elucidam que o processo de mudança social envolve ciclos de ação e reflexão, nos quais os participantes modificam a si mesmos e aos sistemas em que eles transitam (Coghlan & Jacobs, 2005). Para que essa mudança social ocorra, por conseguinte, é necessária a construção de novos modelos de relacionamentos e de exercício do poder no interior da situação social concreta.

Tomadas em conjunto, as ideias discutidas até aqui e que viriam a formar os pilares da psicologia social moderna, desde o início já apontavam a importância do grupo para a vida psicológica das pessoas. Ou seja, o cerne das ideias de Kurt Lewin reside



no aspecto fundamental do grupo para os indivíduos. Assim, seu equilíbrio ou desequilíbrio psicológico, sua adaptação ou não, teriam que ser entendidos a partir de suas condições de vida concreta: sua classe social, suas redes de relações interpessoais, sua escolaridade etc.

O que faltava então para que o grupo encontrasse seu lugar de honra na Psicologia Social? Ou em outras palavras, qual era a resistência que o grupo encontrava para se converter no tópico fundamental da Psicologia Social? Alguns autores defendem frequentemente, como causa dessa situação, as influências ideológicas recebidas pela Psicologia desde sua origem.

Não negaríamos nunca a influência da esfera do ideológico na construção e desenvolvimento de uma ciência. Mas pensamos, primeiramente, que a ideologia é muito mais complexa e menos homogênea do que as afirmações anteriores permitem supor (Camino, Lima, & Torres, 1997). A própria existência dessas denúncias permite comprovar a heterogeneidade dessas influências. Segundo, não adianta muito a pura denúncia da influência ideológica. É necessário, também, descrever como atuam as tendências ideológicas na construção de conceitos e na utilização de métodos de pesquisa.

Acreditamos que boa parte da resistência em converter o grupo em um objeto privilegiado de estudo na Psicologia se origina na própria definição que se dá à Psicologia ou, mais exatamente, do objeto formal que se atribuía a ela. Seja qual for o objeto do estudo da Psicologia: a consciência, o comportamento, o inconsciente etc., a unidade de análise destes fenômenos é o indivíduo. Concepções como “Representações Coletivas” (Durkheim, 1898), “Mente Grupal” (McDougall, 1920) e outras deste tipo, foram fortemente questionadas pela maioria dos psicólogos. É exemplar, a esse respeito, a posição de F. Allport (1924) citada anteriormente.

Pode-se compreender o dilema da psicologia desse período em relação à perspectiva que se deveria adotar para estudar o grupo. Por um lado, achava-se descabido postular entidades psicológicas, como mente grupal, inconsciente coletivo etc., separadas dos indivíduos que as constituiriam. Por outro, adotar o grupo como unidade de análise implicaria em adotar uma perspectiva sociológica. Devemos lembrar que nesse período predominava a concepção durkheimiana da Sociologia como estudo das instituições sociais.

Como veremos mais à frente, muitos elementos desse velho dilema continuam presentes na Psicologia Social. Acreditamos, no entanto, que um dos primeiros passos para sua solução seria definir o que a psicologia social concebe como “grupo”.

## **10.2 NATUREZA E CLASSES DE GRUPOS**

Pode-se reunir pessoas em conjuntos com base em uma ou várias características comuns. Assim, pode-se falar do conjunto de pessoas que possuem a mesma data de aniversário, ou de pessoas cujo nome começa com a letra “R”. Trata-se de “classes” ou “categorias” de indivíduos que inicialmente não parecem interessar à Psicologia, na



medida em que fica difícil se fazer alguma pergunta científica, desde a perspectiva da psicologia, sobre o simples fato dessas pessoas possuírem iniciais ou datas de aniversários comuns. Perguntas como: por que essas pessoas têm a mesma data de aniversário ou que características específicas de comportamento podem ser esperadas de pessoas com inicial “R”, são claramente descabidas. Esse tipo de grupo não mereceria o nome de “grupo psicológico”.

Mas certos conjuntos ou categorias de pessoas são constituídos por critérios menos arbitrários ou mais primários, como raça, gênero, nacionalidade etc. Esses agrupamentos são denominados, geralmente, de “categorias sociais”. Uma série de investigações apontam que a tendência a perceber as pessoas como membros de determinadas categorias é automática, o que traz consequências para os processos de formação de julgamentos e tomada de decisão (Devine, 1958; Fiske & Neuberg, 1990; Weisman, 2015). Embora não faça muito sentido se perguntar, desde a perspectiva da Psicologia, qual a origem de categorias sociais, como gênero ou raça, pode-se analisar como as categorias sociais guiam nossos pensamentos, crenças e interações sociais (Sprott, 1958; Liberman, Woodward, & Kinler, 2017). As categorias sociais, portanto, são objeto de estudo da Psicologia Social, mas não suficientes para qualificar os grupos psicológicos.

É possível, também, imaginar conjuntos de pessoas, pertencentes a categorias arbitrárias que fazem fila, seja em um banco para receber o FGTS, seja para se inscrever em um Congresso Científico (o caso das pessoas com a mesma inicial). Essas duas categorias, em que as pessoas possuem inicialmente um elemento comum bastante extrínseco, passam agora a ser denominadas de “agregados” na medida em que em cada fila as pessoas, além de estarem fisicamente próximas, possuem um interesse comum (Olmsted, 1959; Milgram & Toch, 1969).

Podemos constatar que ambos agregados oferecem temas para pesquisa psicológica na medida em que é possível levantar hipóteses sobre o comportamento das pessoas nesses agregados. Assim, por exemplo, é bastante provável que as pessoas que fazem fila na Secretaria do Congresso Científico estabeleçam um maior número de interações entre si que os candidatos a recuperar o FGTS. Já estes manifestarão mais hostilidade frente a qualquer interrupção na entrega do dinheiro esperado. Apesar dessas possibilidades, várias das abordagens psicológicas, por exemplo todas as que só consideram a interação face a face como fator primordial para a definição do que é um grupo, negariam o *status* de grupo psicológico a estes conjuntos, particularmente ao agregado formado por pessoas em uma fila do banco.

Mas imaginemos que o gerente do banco comunique ao público da fila que o Governo não pagará o FGTS. Não seria surpreendente que essas pessoas reagissem, protestando no interior do banco com maior ou menor violência. Poderíamos esperar também que saíssem na rua, que se juntassem aos outros correntistas do FGTS, igualmente frustrados, e que, finalmente organizassem uma passeata barulhenta até a sede do Governo. Trata-se de “ações de massa” ou “ações coletivas” que tradicionalmente têm sido objeto do estudo da Psicologia (Milgram & Toch, 1969; Moscovici, 1976). Essas formas de organização nem sempre têm sido consideradas como grupos psicológicos.

Mas voltemos à calma do Congresso Científico e à sua bem-comportada fila de inscrição. Entre os “R” que faziam a fila, vários saíram juntos após a inscrição e formaram uma turma que se manteve unida durante todo o Congresso. Esse conjunto de pessoas que durante o Encontro mantiveram relações interpessoais frequentes caracteriza o que, tradicionalmente, é considerado ser o objeto clássico de estudo da Psicologia Social: “O Pequeno Grupo”. Por que se juntam? O que os mantém unidos? Como se influenciam mutuamente? São algumas das perguntas que podem ser feitas a respeito desse tipo de organização social.

No entanto, se na linguagem cotidiana emprega-se a palavra grupo como significados de diversas formas de organização social, na Psicologia Social existe uma tendência a limitar o uso do termo “grupo psicológico” a algumas formas de agrupamento mais restritas, em função de certas perspectivas teóricas. Não necessariamente todos os autores concordariam nem com as distinções anteriormente citadas nem com a exclusão delas do conceito de grupo. Mas essas distinções e exclusões mostram as dificuldades que têm acompanhado a elaboração de uma definição psicológica de grupo.

Para qualificar de grupo um conjunto de pessoas, a primeira condição é que elas mantenham uma relação específica entre elas. Temos já observado que agrupamentos de pessoas feitos na base de critérios arbitrários como iniciais, datas de aniversário etc., não justificam a utilização do conceito “grupo” dado que estes critérios não permitem estabelecer nenhum tipo de relação psicológica entre os indivíduos. Mas diversas formas de relação entre os membros de um agrupamento podem ser pensadas. Todo o problema está em estabelecer o tipo de relação que permita falar da existência de um grupo no nível psicológico.

No início das teorizações psicossociais sobre grupo, a relação colocada com maior frequência como essencial na definição de um grupo era a “interação face a face” (Bales, 1950; Homans, 1950). Diversas razões podem ser acrescentadas para justificar a preponderância adquirida por essa definição nos anos 1950. A primeira, que ela caracterizava bem a distinção entre as abordagens psicológicas e sociológicas do grupo. Se a Psicologia lidava com o indivíduo, em contraposição à Sociologia, que lidava com a Sociedade como um todo, era evidente que ao estudar o grupo ela o fizesse a partir da ótica do individual e, portanto, escolhesse como elemento fundamental do grupo as relações “face a face”. A segunda considera que, dada a influência tanto da perspectiva comportamental como da metodologia experimental na Psicologia Social, era de se esperar que a atenção se dirigisse particularmente as “interações” entre os membros do grupo, ou seja, no aspecto que é diretamente observável: o comportamento.

Para os defensores dessa abordagem, a interação direta seria a base da construção de diversas estruturas do grupo como normas sociais (Sherif, 1935, 1966), padrões de comunicação (Bales, 1950). Já outros autores colocaram como base da definição de grupo, as consequências psicológicas do grupo nos indivíduos. Para Freud (1921), por exemplo, o grupo psicológico é constituído por duas ou mais pessoas que possuem o mesmo objeto ou ideal como parte do superego. Na tradição psicanalítica o que constitui a característica fundamental do grupo é a construção de uma norma

comum, as formas de interação são consequências dessas normas profundas. Nessa linha de raciocínio alguns autores colocaram como fundamental na noção de grupo a satisfação que os membros obtêm dele (Bass & Norton, 1951; Zimerman, 2007).

De fato, as definições baseadas nas consequências do grupo não cumprem uma função fenomenológica (descrever o fenômeno em questão), mas uma função teórica à medida que descrevem o que é considerado a natureza do grupo. Mas é possível uma análise puramente descritiva? Como já vimos anteriormente, para distinguir um grupo de um agrupamento se precisa, de alguma maneira, explicitar o tipo de relação que os membros de um grupo mantêm entre si. Dificilmente essa explicitação não contera alguma perspectiva do que se considera próprio da “natureza psicológica”.

Cientes dessa dificuldade, Cartwright e Zander (1968) propuseram uma definição ampla, que englobasse todos os tipos de grupos. Partindo da concepção de Lewin (1935) de que os grupos são totalidades sociológicas que podem ser definidas operacionalmente, ou caracterizadas pelas formas concretas de interdependência das partes, Cartwright e Zander (1968, p. 46) definem o grupo como “o conjunto de indivíduos que possuem um tipo de relação entre eles que faz com que se sintam interdependentes”. Mas, quais seriam as consequências psicológicas dessas pertencas grupais?

Uma das mais importantes e nefastas consequências seria a Diferenciação Grupal, processo psicológico pelo qual tendemos a manifestar favoritismo endogrupal em detrimento do exogrupo. O primeiro fenômeno consiste na avaliação positiva de nosso próprio grupo (endogrupo), ao passo que o segundo é caracterizado por atitudes negativas contra o grupo do outro (exogrupo). Esses processos de diferenciação grupal são essenciais no campo de investigação denominado “Relações Intergrupais” (Brewer, 2016; Stephan, 1985). Para entender melhor esse processo faremos, primeiramente, uma breve apresentação histórica de como tem sido estudado esse conceito para, em seguida, analisar mais detalhadamente a teoria da Identidade Social.

### 10.3 A DIFERENCIAÇÃO GRUPAL: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA

O fenômeno de diferenciação grupal foi descrito já há bastante tempo por Summer (1906) sob o conceito de “Etnocentrismo”, conceito que descrevia a maneira pela qual os povos se consideravam o centro de todas as coisas. O Etnocentrismo leva os povos a exagerarem e intensificarem as características que lhes são peculiares e que os diferenciam dos outros. Numa perspectiva evolucionista, compreende-se que o etnocentrismo é um fenômeno universal que favoreceu a coesão endogrupal e, por conseguinte, assegurou a sobrevivência de diferentes sociedades (Hammond & Axelrod, 2006). Se por um lado o etnocentrismo é apontando como base para a cooperação entre membros de um mesmo grupo, por outro há uma grande diversidade de perspectivas teóricas que situam o etnocentrismo como o cerne dos fenômenos de preconceito e discriminação (Bizumic, 2015).

Na Psicologia, as primeiras teorias desenvolvidas sobre etnocentrismo partiam da abordagem psicodinâmica. Aqui pode ser incluída a grande maioria dos estudos sobre o preconceito, discutidos mais detalhadamente no Capítulo 12 deste livro), baseados na teoria psicanalítica, por exemplo, o clássico estudo de Adorno et al. (1950) sobre a *Personalidade Autoritária*. Partindo de estudos sobre o antissemitismo, esses autores construíram uma escala de Etnocentrismo que incluía tanto atitudes negativas em relação às minorias étnicas como atitudes de exaltação e de fidelidade à sua própria identidade cultural. Eles pretendiam demonstrar que o etnocentrismo era característico de um traço de personalidade, desenvolvido em decorrência de pais autoritários. A educação autoritária e a repressão da agressão levariam a sentimentos de hostilidade reprimidos, que seriam posteriormente deslocados em direção a outros grupos.

Também inspirada nos conceitos psicanalíticos de deslocamento está a concepção do “bode expiatório”. Dollard et al. (1939) formularam essa concepção no contexto da Teoria da Frustração-Agressão, onde a diferenciação intergrupar seria fruto do deslocamento da hostilidade produzida pelas frustrações inerentes à vida, sobre categorias sociais que, pelo seu *status* na sociedade, não podem revidar adequadamente.

Aqui é importante ressaltarmos que tanto o trabalho de Adorno et al. (1950) como o trabalho de Dollard et al. (1939) representam explicações que colocam como centro dos fenômenos sociais e coletivos certas características individuais. Ou seja, embora tratando de fenômenos coletivos, o objeto de análise continuava sendo o indivíduo.

A partir de uma perspectiva diferente, a clássica pesquisa de Muzafer Sherif e colegas (Sherif et al., 1961; Sherif & Sherif, 1969) é uma perfeita demonstração de que o processo psicológico de diferenciação grupal decorre do contexto normativo onde se dão as relações entre os grupos. Como ponto de partida teórico, Sherif pressupõe que as atitudes e condutas de um grupo em relação ao outro traduzem a situação objetiva de possíveis interesses em conflito entre os dois grupos.

Os experimentos de Sherif e colaboradores mostram claramente que a hostilidade existente entre grupos não pode ser atribuída exclusivamente a traços de personalidade, como proposto por Adorno et al. (1950), mas às características objetivas que a relação intergrupar possui, particularmente às condições de competição entre os grupos. Pode-se, pois, concluir a partir dos trabalhos de Sherif e colegas que o fenômeno de diferenciação grupal começou a ser concebido como estando inexoravelmente ligado à existência de conflitos intergrupais. De fato, observando numerosos gerentes da indústria e do comércio em programas de treinamento, Blake e Mouton (1962) e Bass e Norton (1951) puderam constatar que grupos de administradores colocados em competição com outros grupos manifestavam frequentemente o fenômeno de diferenciação grupal.

Ao longo de décadas, o pressuposto de Sherif de que a competição por recursos produz diferenciação e conflito intergrupar tem recebido suporte empírico de diversas investigações, as quais evidenciam que a manifestação de atitudes hostis contra determinados grupos, a exemplo dos imigrantes, está relacionada à percepção de que os mesmos acentuam a disputa por recursos econômicos (Stephan et al., 2005; Stephan, 2014). Mas, que tipo de relação existe entre conflitos e diferenciação grupal?

Podemos afirmar, seguindo Brewer (1979), que as pesquisas de Sherif et al. (1961) e de Blake e Mouton (1962) são mais uma demonstração da existência de processos de diferenciação grupal em situações de conflito intergrupal do que um teste da relação causal entre conflito e diferenciação. Observar-se-ia o fenômeno de diferenciação grupal fora de um contexto competitivo ou conflituoso?

Comentários efetuados por Sherif et al. (1961) sobre a reação negativa dos jovens ao saber da existência de outros grupos, mesmo antes de começar os jogos competitivos, parecem indicar que o fenômeno de diferenciação grupal pode acontecer fora do contexto conflituoso. Será que a antecipação da interação competitiva já é suficiente para causar esse fenômeno? Várias pesquisas tentaram responder a essa questão controlando sistematicamente a possível antecipação de interações competitivas. Rabbie e Horowitz (1969), por exemplo, dividiram seus sujeitos arbitrariamente em dois grupos (azuis e verdes) e lhes pediram, sem maiores explicações, para avaliar traços das pessoas dos outros grupos e do próprio grupo. Esses autores não observaram nenhuma diferença entre as duas avaliações. Mas, podemos nos perguntar se a divisão arbitrária em “azuis” e “verdes” constitui uma verdadeira categorização social?

É a partir da análise do que significa uma categorização social que Tajfel et al. (1971) desenvolveram um paradigma experimental que permitia estudar a situação do grupo mínimo. Os indivíduos eram separados em dois grupos com base em um critério arbitrário, por exemplo, a preferência por um determinado pintor. Nessa situação, não havia nenhum tipo de interação entre os participantes ou entre os grupos, e as pertencas sociais eram anônimas, ou seja, os participantes não sabiam quem eram os membros do seu grupo ou do outro grupo.

Nessa situação completamente sem sentido social, a tarefa fundamental destinada aos participantes consistia em distribuir recompensas para um membro de seu grupo (endogrupo) e para um membro do outro grupo (exogrupo). Para tanto, eram utilizadas matrizes inspiradas na teoria dos jogos, que eram concebidas de tal maneira que exigiam uma alocação conjunta de recursos, o que permitia estudar, em um contexto intergrupal, a estratégia de distribuição que cada sujeito empregava (Figura 1). As instruções deixavam bem claro que a escolha das recompensas era feita simultaneamente para o membro do endogrupo e do exogrupo.

|                                  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Sujeito “A” –                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Preferiu as pinturas de Klee     | 18 | 17 | 16 | 15 | 14 | 13 | 12 | 11 | 10 | 09 | 08 |
| (endogrupo)                      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Sujeito “B” –                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Preferiu as pinturas de Kadinsky | 23 | 21 | 19 | 17 | 15 | 13 | 11 | 09 | 07 | 05 | 03 |
| (exogrupo)                       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |

Figura 1 - Exemplo de matriz utilizada por Tajfel et al. (1971).

Essas matrizes permitiam estudar a estratégia usada pela pessoa para distribuir conjuntamente prêmios ou recompensas a membros de seu grupo e a membros do outro grupo. O uso de diversos tipos de matrizes tem permitido, até agora, estudar quatro tipos de estratégias:

- a. Maximização da recompensa dada ao próprio grupo (alternativa 18/23 da Figura 1);
- b. Maximização conjunta das recompensas dadas aos dois grupos (de novo a alternativa 18/23);
- c. Maximização da igualdade das recompensas dadas aos dois grupos (alternativa 13/13);
- d. Maximização da diferença a favor do próprio grupo (alternativa 08/03).

Tajfel et al. (1971) observaram, em três experimentos realizados com esse paradigma, que as estratégias mais utilizadas foram a primeira, maior benefício absoluto, e a última, maior benefício relativo, embora percebessem também nos participantes, uma certa tendência à distribuição igualitária. Eles concluíram que em uma situação de grupo mínimo, as pessoas embora procurem maximizar os ganhos do próprio grupo, tentam superar ao máximo o outro grupo, mesmo em detrimento ao obtido para o próprio. Esses dados confirmam a existência da diferenciação grupal mesmo nas situações onde só existe categorização social sem nenhuma interação nem real nem antecipada entre os dois grupos. Mas como explicar este fenômeno?

Tajfel et al. (1971) lançam mão do conceito de “Identidade Social”, que se refere tanto à consciência que o indivíduo possui de pertencer a um determinado grupo social, como à carga afetiva e emocional que esta pertença traz para o sujeito. O pressuposto fundamental dessa concepção é de que os indivíduos procuram alcançar um tipo de identidade social que contribui para obter uma autoimagem positiva. Essa imagem seria obtida por meio da diferenciação positiva do endogrupo em contraste com os demais grupos durante o processo de comparação social. Uma das consequências desse pressuposto é que quanto maior é o sentimento de pertença a um grupo, maior será a tendência a diferenciar, de uma maneira favorável, seu próprio grupo (endogrupo) dos outros grupos (exogrupo).

Para entender tanto o impacto dessa teoria na Psicologia Social contemporânea como seu potencial em se aplicar a uma dinâmica social, caracterizada pela ruptura de estruturas sociais, pela imigração global, pelo surgimento de relações virtuais, entre outros fenômenos que resultam em crise e inconstância (Giddens, 2000), devemos examinar seus três pressupostos fundamentais. O primeiro pressuposto refere-se à natureza do comportamento social. Esse se situa num *continuum* em que se distingue, em um extremo, o *comportamento interpessoal*, constituído pela interação entre duas ou mais pessoas e que é totalmente determinada pelas características individuais dos participantes e pela própria relação. No outro extremo situa-se o *comportamento intergrupar*, constituído pela interação entre dois ou mais indivíduos ou grupos, e determinado totalmente pelas respectivas pertenças sociais dos participantes na interação. É evidente que se trata de um *continuum* teórico, à medida que seria impossível en-



contrar nas relações sociais situações puras de um ou outro extremo (Tajfel, 1981; Turner & Giles, 1981).

Essa diferenciação nos níveis da interação social pode ser relacionada igualmente aos diferentes níveis de explicação que podem ser oferecidos para os fenômenos sociais (Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990). Assim, como vimos no Capítulo 1, as diversas explicações em Psicologia Social, podem ser classificadas de intraindividuais, interpessoais, intergrupais a ideológicas. A possibilidade de existirem diversos níveis de explicação está ligada à complexidade e dinamismo dos fenômenos sociais.

Situa-se aqui o segundo pressuposto da teoria que defende que a Identidade Social não é um ato, mas um processo social, que toma lugar não só no interior do indivíduo (*fatores intrapsíquicos*) ou no espaço das relações individuais (*fatores interindividuais*), mas se desenvolve no nível social e institucional (*fatores intergrupais*). Essa abordagem psicossocial pressupõe que o processo da identidade social é dialético à medida que a identidade modifica o sujeito, facilitando a incorporação de valores e normas do grupo social e, ao mesmo tempo, esse processo implica em uma participação ativa dos sujeitos na construção da identidade do grupo (ver Capítulo 6 sobre Valores).

Finalmente, o terceiro pressuposto amplia o caráter dialético do processo ao conjunto do sistema social. Segundo Tajfel (1972), o processo de identidade social não ocorre no vazio social, mas em determinado contexto histórico onde os diversos grupos mantêm relações concretas entre si, relações que são igualmente mediadas pelos processos de identidade social. Para entender o tipo de relações intergrupais que podem ocorrer (basicamente fusões ou conflitos intergrupais), a teoria pressupõe que o processo de identidade social media a maneira em que indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade.

Essa percepção, segundo Tajfel e Turner (1979), pode ser situada em um *continuum* de crenças sociais. Em um extremo situa-se o que eles denominam de “Sistema de Crenças na Mobilidade Social”, que descreve a crença em uma sociedade flexível e permeável na qual os sujeitos não satisfeitos com as condições oferecidas pelos seus grupos de pertença podem transferir-se, individualmente, a outros grupos. No outro extremo encontra-se o “Sistema de Crenças na Mudança Social”, em que a sociedade é considerada como estratificada e totalmente impermeável às tentativas de mudança individual.

Tajfel e Turner (1979) afirmam que esses sistemas de crenças não devem ser confundidos com a perspectiva sociológica, que estuda os diversos níveis de estratificação e permeabilidade social que as formações sociais concretas podem ter. Referem-se, expressamente, a sistemas de crenças que influenciam o comportamento das pessoas e dos grupos. Assim, as crenças na mobilidade social, abrindo perspectivas de ascensão social individual, estimulariam estratégias individualistas de ação (comportamentos interindividuais), enquanto que as crenças na mudança social favoreceriam estratégias coletivas (comportamentos intergrupais).

Em ambos os casos, a relação entre crenças e ação estaria mediada pelos processos de identidade social e diferenciação grupal: sujeitos de alta crença na mobilidade so-



cial avaliando negativamente seu próprio grupo, se esforçariam para pertencer ao grupo positivamente avaliado; já sujeitos fortemente identificados com seu próprio grupo procurariam ações coletivas, com objetivo de mudar coletivamente as suas condições de vida.

A identidade social pressupõe dois processos básicos. Primeiro, os sujeitos procurariam manter identidades sociais positivas (Tajfel & Turner, 1979), tentando estabelecer formas de comparação social que sustentassem essa imagem positiva. Segundo Festinger (1954), existiria no organismo humano uma forte tendência a avaliar suas habilidades e opiniões. Essa avaliação se faria através da comparação com outras pessoas e grupos, de uma maneira que não ameaçasse a autoestima do sujeito. O segundo processo básico refere-se à categorização social, que permite aos sujeitos dividirem o mundo social em duas categorias fundamentais: o seu próprio grupo e os grupos dos outros.

Podemos agora tentar sintetizar a Teoria da Identidade Social. Essa teoria se desenvolve a partir de uma noção de identidade que traduz a consciência que o sujeito possui de pertencer a uma categoria ou grupo social concreto, junto com o significado emocional dessa pertença. Postula que os indivíduos são motivados a conseguir uma identidade social positiva que contribua em sua própria autoestima e que, para tanto estabelecem comparações sociais nas quais procuram diferenciar-se positivamente dos outros grupos. Conclui que, quanto mais forte seja a identidade do sujeito com um grupo, maior será sua tendência de supervalorizar seu grupo e desvalorizar outros grupos. Assim, os processos psicológicos que acontecem com e no indivíduo se dariam a partir do jogo das relações de poder entre os grupos que formam uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico.

Um último aspecto da Teoria da Identidade Social merece ainda ser ressaltado. Henri Tajfel morreu relativamente jovem, em 1982 aos 62 anos. No entanto, passados 40 anos de sua morte, a influência de suas ideias na psicologia social mundial ainda pode ser percebida. A busca das citações de sua obra feita na *Web of Science* em maio de 2022 resultou em 6.045 artigos que, de alguma forma, citam seu trabalho. Especificamente, o capítulo publicado em 1979 juntamente com John C. Turner intitulado “*An integrative theory of intergroup conflict*” foi citado 4.259 vezes. Finalmente, como Brown (2020) tão bem esclarece, é importante notar que a grande maioria dessas citações, principalmente as mais recentes, ressaltam três aspectos da TIS que são considerados suas maiores contribuições, a saber: a) a ideia de que as pessoas constroem uma identidade social a partir dos grupos aos quais ela pertence; b) em contextos nos quais essa identidade é enfatizada elas vão agir em termos de suas pertenças grupais ao invés de agirem como indivíduos; e c) a análise de fenômenos grupais, por exemplo, o preconceito e a discriminação, devem levar em consideração tanto os aspectos estruturais de uma dada sociedade em um determinado momento histórico como também os processos de identificação com os diversos grupos de formam essa sociedade. Dito de outra forma, a originalidade do pensamento de Henri Tajfel residiria na proposta inequívoca de articular o indivíduo a seus grupos de pertença.

## SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Diante do exposto, parece-nos claro, portanto, o papel de destaque que o grupo possui na vida psicológica das pessoas, não só no nível individual, por exemplo, no desenvolvimento de uma identidade social, mas também no nível societal, uma vez que as pertencas grupais podem dar origem a fenômenos, como o preconceito e a discriminação. Mas, por que, mesmo assim, as análises sobre os grupos têm ficado em segundo plano tanto na psicologia como um todo, como na psicologia social, em particular?

Como dito anteriormente, atribuir o papel secundário do grupo na psicologia social unicamente à distinção feita por Émile Durkheim (1895/2007) entre a psicologia e a sociologia ou ao papel preponderante que o Positivismo teve na consolidação desta disciplina não nos parece suficiente. Ressalte-se que, dentro da psicologia social contemporânea se desenvolvem perspectivas, por exemplo, os estudos sobre a subjetividade (e.g., Rey, 2005), que dificilmente seriam considerados positivistas, mas que possuem como característica primordial a ênfase no indivíduo como objeto de análise.

Acreditamos que um dos principais empecilhos para a aceitação do grupo enquanto objeto de análise da psicologia social reside no processo de individualização que o mundo atual vem sofrendo, onde as necessidades individuais são colocadas à frente da coletividade. Não estamos defendendo uma relação puramente causal entre ideologia e ciência e, sim, um jogo de mútua influência no qual a primeira justifica a segunda, e esta dá argumentos de sustentação à outra.

Por outro lado, diante do discutido até aqui, fica claro que as explicações para fenômenos sociais que partem de processos puramente psicológicos geram, também, intervenções que colocam no indivíduo, isoladamente, a responsabilidade pelas mudanças sociais. Tomemos, mais uma vez, o exemplo do preconceito e da discriminação dele decorrente. Explicações que privilegiam as características idiossincráticas do indivíduo preconceituoso, ou do indivíduo vítima do preconceito, tendem a gerar também intervenções que colocam em segundo plano a necessidade de mudanças sociais. O “problema” estaria nos indivíduos e não nas relações de poder existentes entre seus respectivos grupos de pertença. Consequentemente, sua “solução” residiria, por exemplo, no desenvolvimento, do lado da vítima do preconceito, de estratégias de enfrentamento de situações adversas. Do lado do perpetrador, as intervenções seriam planejadas a partir do desenvolvimento de atitudes tolerantes para com o diferente. Em ambos os casos, entretanto, o *status quo* continuaria o mesmo.

| <b>Glossário</b>            |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Categorização Social</b> | Representação cognitiva da estrutura social em termos de categorias, permitindo segmentar, classificar e ordenar o ambiente social e, ao mesmo tempo, definir o lugar do indivíduo na sociedade.   |
| <b>Comparação Social</b>    | Conceito desenvolvido por Festinger (1954), parte do princípio de que os sujeitos realizam avaliações sobre si mesmos a partir da comparação com os demais.  |
| <b>Diferenciação Grupal</b> | Processo psicológico pelo qual tendemos a manifestar favoritismo pelo nosso próprio grupo de pertença e hostilidade contra os demais grupos.   |
| <b>Endogrupo</b>            | Grupo com o qual se estabelece um sentimento de pertença ou identificação.   |
| <b>Exogrupo</b>             | Grupo com o qual não há relação de pertença ou identificação.  |
| <b>Grupo Mínimo</b>         | Metodologia experimental criada por Tajfel (1971), na qual os grupos são estabelecidos pela total ausência de interação entre os participantes, sendo criados com a finalidade de identificar condições mínimas para a diferenciação grupal. |
| <b>Identidade Social</b>    | Conceito desenvolvido por Tajfel et al. (1971) que consiste na consciência que o sujeito possui de pertencer a um grupo social concreto, junto com o significado emocional desta pertença.   |
| <b>Mobilidade Social</b>    | Crença numa sociedade flexível e permeável na qual os sujeitos não satisfeitos com as condições oferecidas pelos seus grupos de pertença podem transferir-se, individualmente, a outros grupos.  |
| <b>Mudança Social</b>       | Crença numa sociedade como estratificada e totalmente impermeável às tentativas de mudança individual, demandando-se estratégias coletivas.  |

## MATERIAL COMPLEMENTAR

**Filme:** Filhos da Guerra/Europa Europa

**Ano:** 1990

**Diretora:** Agnieszka Holland

**Duração:** 107 min

O filme é baseado na história real de Solomon Perel, judeu que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), disfarçou-se de soldado da SS e auxiliou a capturar o filho de Stalin. No filme, Solomon é um adolescente que, devido à perseguição nazista, é obrigado a fugir da Alemanha para Polônia com toda sua família. Após nova invasão de tropas alemãs, ele é separado de sua família e vê-se obrigado a viver num orfanato soviético por dois anos. Porém, quando as tropas nazistas invadem a Rússia, Solomon oculta sua origem judaica e convence a todos que é um ariano legítimo, unindo-se à Juventude Hitlerista. Adotando como cenário a violência da guerra e a sucessão de fatos que acompanham o drama do protagonista em esconder sua verdadeira identidade para garantir sua própria sobrevivência, o filme ilustra como os processos identitários são inseparáveis das questões de ordem sociopolítica que ocorrem num dado momento histórico, ao mesmo tempo que retrata como o conflito de interesses, a pertença grupal e a adesão a ideologias contribuem para a manifestação de

favoritismo endogrupal e hostilidade contra o exogrupo. Destaque para a cena em que professor nazista examina as características de Solomon diante da classe e o declara como um legítimo “exemplar da raça ariana”, uma ilustração surreal de como ideologias racistas utilizam aspectos físicos externos para criar processos de hierarquização e discriminação entre os grupos sociais.

**Filme:** Hotel Rwanda

**Ano:** 2004

**Diretor:** Terry George

**Duração:** 120 min

Em Ruanda, a categorização da população nativa em Hutu e Tutsi, feita arbitrariamente pelos belgas, está enraizada na mentalidade do país, apesar de sua independência. Até o início da colonização, as duas etnias viviam em relativa harmonia. O filme se passa em 1994 e é ambientado no Hotel Des Milles Collines, na capital Kigali. O hotel é da Companhia área belga Sabena, é um hotel 4 estrelas e que hospeda basicamente turistas e homens de negócio brancos europeus os estadunidenses. Paul Rusesabagina, um Hutu Casado com uma Tutsi, Tatiana Rusesabagina, é o gerente do Paul, que conhece muito bem as engrenagens do funcionamento do hotel e tem muito orgulho porque os hóspedes brancos o tratam com respeito. Depois de um incidente específico, a calma relativa entre as guerrilhas Tutsi e o governo liderado pelos Hutu termina. Paul acredita que a população nativa que não estava diretamente envolvida com o conflito seria protegida já que as forças de paz da ONU e, conseqüentemente o mundo está acompanhando. Mas isso não acontece, pois só foram evacuados os europeus e estadunidenses e os nativos foram deixados à própria sorte. E esse foi o início do genocídio da população Tutsi.

**Filme:** Um reino unido

**Ano:** 2016

**Diretora:** Amma Asante

**Duração:** 120min

O filme é baseado na história verdadeira do herdeiro do trono do país africano Bechuanaland, atual Botsuana, que foi para Londres logo depois de Segunda Guerra Mundial para estudar Direito. Lá ele conhece uma mulher inglesa (branca), por quem se apaixona e com quem casa, apesar dos protestos das duas famílias e da forte oposição do governo britânico, que estava preocupado com as relações diplomáticas com a África do Sul, cujo regime do Apartheid proibia casamentos inter-raciais. Então, o que deveria ser apenas um casamento entre um homem e uma mulher se torna um grande problema diplomático.